

CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Aviso n.º 18 965/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, esta Câmara Municipal prorrogou por mais um ano o contrato de trabalho a termo resolutivo certo de técnico superior de relações públicas celebrado com João Paulo Alves da Cruz Castanho.

24 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*.

2611051240

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Aviso n.º 18 966/2007

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontra aberto um período de discussão pública, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a duração de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, respeitante ao projecto para alteração ao loteamento sito na Praia da Luz, freguesia da Luz, Lagos, titulado pelo alvará de loteamento n.º 3/72, cuja requerente é Alexandra Marina de Jesus Soares, com endereço postal na Rua Direita, casa 9, Praia da Luz, Lagos.

Nestes termos, o referido projecto encontra-se patente para consulta, entre as 9 horas e as 15 horas e 30 minutos, na Secção de Loteamentos Urbanos desta Câmara Municipal (Edifício Trindade — Rossio da Trindade), convidando-se todos os interessados para, no decorrer do prazo acima referido, apresentarem, por escrito, as reclamações, observações ou sugestões que acharem por convenientes.

20 de Setembro de 2007. — Por delegação de competência, a Directora do Departamento, *Célia Correia*.

2611051003

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 18 967/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 139.º e no artigo 140.º, n.º 1, *a contrario*, ambos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e regulamentado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, e no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, renovei os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, celebrados entre o município de Leiria e os indivíduos abaixo mencionados:

Ana Sofia Mendes Pereira, Anabela Marques Carreira Miguel, Célia Gomes Moreira Pereira, Elisabete Maria Santos Ferreira, Ermelinda Moreira Sousa Fonseca, Lílíana Ferreira Bastos, Lurdes Carmo Martins Mendes Costa, Maria Alexandra Simão Sousa, Maria Cristina Ferreira Tomás, Maria Fátima Santos Abrantes Zeferino, Maria Isaura Carreira Xavier Wanters, Mário Santos Oliveira, Patrícia Alexandra Santos Velez, Sandra Margarida Fernandes Rodrigues, Sara Rodrigues Jesus Abrantes Massano, Sónia Isabel Silva Guerra, Susana Maria Brito Neves Janeiro, Virgínia Luís Santos Silva e Maria Carolina Santos Mendes, auxiliares de acção educativa, por três anos, com efeitos a 6 de Setembro de 2007, sendo a última com efeitos a 13 de Setembro de 2007, todos por meu despacho de 1 de Agosto de 2007.

Susana Paula Pimenta Margarido, técnica superior de gestão de empresas de 2.ª classe, por três anos, com efeitos a 6 de Setembro de 2007, por meu despacho de 31 de Julho de 2007.

Frederica Nogueira de Guimarães Biel, técnica superior de *design* de 2.ª classe, por três anos, com efeitos a 1 de Setembro de 2007, por meu despacho de 30 de Julho de 2007.

Luís Miguel Custódio Crespo, engenheiro florestal de 2.ª classe, por dois anos, com efeitos a 7 de Setembro de 2007, por meu despacho de 1 de Agosto de 2007.

António Manuel Jesus Santos Rosa, Carlos Manuel Marques Bernardo, Carlos Manuel Santos Ascenso, Manuel Rodrigues Francisco e Miguel Carlos Raimundo Mendes, auxiliares de serviços gerais, por três anos, com efeitos a 18 de Outubro de 2007, e José Bernardo Pereira, condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, por três anos, com efeitos a 21 de Outubro de 2007, todos por meu despacho de 7 de Setembro de 2007.

Vânia Cecília Marques Carvalho, técnica superior de história de 2.ª classe, por um ano, com efeitos a 1 de Agosto de 2007, por meu despacho de 25 de Junho de 2007.

Ainda por meu despacho de 1 de Agosto de 2007, e nos termos da alínea a) do artigo 387.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, não renovei o contrato de trabalho a termo resolutivo certo de Cátia Mónica Santos Baptista Matos, técnica profissional de animação cultural de 2.ª classe, pelo que caduca com efeitos a 13 de Setembro de 2007.

18 de Setembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

2611051249

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 18 968/2007

Revogação de concursos externos de ingresso

Torna-se público o despacho de 18 de Setembro de 2007 do vereador de recursos humanos, José Cardoso da Silva, o qual se transcreve na íntegra:

«Pelo despacho n.º 461/P/2007, de 9 de Agosto de 2007, do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, publicado em *Boletim Municipal*, n.º 704, 1.º suplemento, de 16 de Agosto de 2007, foi determinada a anulação de todos os processos de concurso externo de ingresso em curso, com excepção daqueles em que já exista classificação final.

Urge agora concretizar o conteúdo do referido despacho, nos termos dos artigos 140.º e 142.º a 145.º do Código de Procedimento Administrativo, e no âmbito da competência que me foi delegada nos termos do despacho n.º 474/P/2007, de 20 de Agosto de 2007, publicado em *Boletim Municipal*, n.º 705, de 23 de Agosto de 2007.

Assim, tal decisão baseia-se na situação financeira do município, a qual implica que sejam adoptadas, no imediato, medidas de contenção de despesa que integram o plano de saneamento financeiro.

A presente revogação enquadra-se na livre revogabilidade dos actos válidos, previsto no artigo 140.º do Código de Procedimento Administrativo, atendendo ao facto de a prossecução do interesse público a que a Administração Pública se encontra obrigada, previsto no artigo 266.º da Constituição da República Portuguesa e no artigo 4.º do referido Código, não permitir o acréscimo de despesa e encargos que a cumulação dos provimentos dos candidatos iria provocar, atenta a conjuntura supra descrita, com prejuízo para o município.

Nessa sequência e nos termos do artigo 142.º do referido Código, procede-se à revogação de todo o processado, desde a autorização de abertura, nos concursos externos de ingresso em curso, à excepção daqueles cuja acta de classificação final já se encontrasse homologada aquando do citado despacho n.º 461/P/2007, nos termos do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, anulando-se, então, os seguintes concursos:

Carreira	Grupo de pessoal	Vagas a preencher	Data da publicação do aviso de abertura no <i>Diário da República</i>
Assistente administrativo	Administrativo	(a)	28 de Dezembro de 2004 — 3.ª série.
Motorista de ligeiros	Auxiliar	58	22 de Março de 2005 — 3.ª série.
Técnico profissional (construção civil) de 2.ª classe.	Técnico profissional	8	4 de Novembro de 2005 — 3.ª série.
Auxiliar administrativo	Auxiliar	42	2 de Maio de 2006 — 3.ª série.
Técnico profissional (contabilidade) de 2.ª classe.	Técnico profissional	18	14 de Agosto de 2006 — 2.ª série (parte especial).

Carreira	Grupo de pessoal	Vagas a preencher	Data da publicação do aviso de abertura no <i>Diário da República</i>
Arquitecto de 2.ª classe	Técnico superior	31	28 de Dezembro de 2004 — 3.ª série.
Jardineiro	Operário qualificado	107	29 de Dezembro de 2004 — 3.ª série.
Guarda florestal	Auxiliar	11 vagas e as que vierem a vagar até ao limite de 36	21 de Abril de 2004 — 3.ª série.
Técnico superior (psicologia) de 2.ª classe.	Técnico superior	1	25 de Julho de 2005 — 3.ª série.
Engenheiro civil de 2.ª classe	Técnico superior	48	2 de Agosto de 2006 — 2.ª série (parte especial).

(a) No que respeita ao concurso externo de ingresso para assistente administrativo, foi autorizado o preenchimento de 142 vagas, 91 das quais postas efectivamente a concurso por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 302, de 28 de Dezembro de 2004, e as restantes 51 providas por diplomados do Centro de Estudos e Formação Autárquica, ao abrigo dos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho.

Estes tomaram posse no dia 14 de Março de 2005, a qual se tornou definitiva em 14 de Março de 2006, existindo, portanto, na presente data, direitos constituídos para esses 51 funcionários, pelo que se procede à revogação parcial da autorização de abertura do referido concurso, mantendo o acto somente no que se refere às 51 vagas entretanto providas pelos mencionados diplomados das 142 iniciais, revogando-se a parte da autorização de abertura que permite o preenchimento das restantes 91 vagas postas efectivamente a concurso, através do citado aviso, assim como o posteriormente processado no âmbito do processo concursal.

18 de Setembro de 2007. — O Vereador, com competência delegada, *José Cardoso da Silva*.»

19 de Setembro de 2007. — O Director Municipal, *Luís Centeno Fragoso*.

2611051110

Aviso n.º 18 969/2007**Nomeações**

Por despacho de 21 de Setembro de 2007 do vereador da área de recursos humanos (subdelegação de 20 de Agosto de 2007, publicada no *Boletim Municipal*, n.º 705, de 23 de Agosto de 2007), Ana Maria Cavaco Janes da Costa Borralho Baêre, Joaquim Manuel Mendes Capelo, Maria João da Silveira Machado de Sousa Cardoso e Maria Manuela Martins Caramona Serpa, técnicos de 2.ª classe, do grupo de pessoal técnico, foram nomeados, precedendo concurso, técnicos de 1.ª classe, do grupo de pessoal técnico, do quadro de pessoal deste município.

24 de Setembro de 2007. — O Vereador da Área de Recursos Humanos, *José Cardoso da Silva*.

2611051244

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES**Aviso n.º 18 970/2007****Concurso externo de ingresso para assistente administrativo**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 8 de Agosto de 2007, Maria de Fátima Fernandes Leão, Ricardo Jorge de Oliveira Ferreira e Susana Freire Domingues Martins foram nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Junho, conjugado com o artigo 4.º, e n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89 de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e dos artigos 20.º a 22.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 421-A/98, de 30 de Dezembro, por urgente conveniência de serviço, como assistentes administrativos, com efeitos a partir de 3 de Setembro de 2007.

18 de Setembro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

2611050927

Aviso n.º 18 971/2007**Concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares para arquitecto assessor**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 20 de Setembro de 2007, foram nomeados arquitectos assessores, José Pedro Magalhães e Menezes Croft de Moura e Eugénia Maria Gregório Leitão, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2007.

20 de Setembro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

2611050935

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS**Aviso n.º 18 972/2007****Concursos internos gerais de acesso para provimento de várias vagas**

O Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho do vereador do pelouro de recursos humanos de 6 de Agosto do corrente ano, ao abrigo do disposto do artigo 41.º, conjugado com o artigo 34.º, da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e do artigo 4.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, decidiu abrir concurso interno geral de acesso para provimento das seguintes vagas, porque após consulta na Bolsa de Emprego Público foram emitidas as respectivas declarações de inexistência (DI) pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público:

DI n.º 7453, de 23 de Agosto — 1 vaga de engenheiro civil assessor principal (C-108/2007);

DI n.º 7454, de 23 de Agosto — 1 vaga de técnico superior de história assessor (C-109/2007);

DI n.º 7328, de 9 de Agosto — 1 vaga de técnico superior de 1.ª classe — *design* (C-110/2007);

DI n.º 7455, de 23 de Agosto — 2 vagas de engenheiro técnico civil especialista (C-200/2007);

DI n.º 7543, de 27 de Agosto — 12 vagas de agente municipal de 1.ª classe (C-305/2007);

DI n.º 7456, de 23 de Agosto — 2 vagas de operário qualificado principal — asfaltador;

DI n.º 7457, de 23 de Agosto — 1 vaga de operário qualificado principal — pintor;

DI n.º 7458, de 23 de Agosto — 1 vaga de operário qualificado principal — serralheiro civil (C-601/2007);

do quadro de pessoal deste município, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

1 — Objecto e validade — o concurso visa exclusivamente o provimento das vagas postas a concurso e esgota-se com o seu preenchimento.

2 — Prazo de apresentação de candidaturas — o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis, a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

3 — Métodos de selecção:

3.1 — Concurso C-109/2007 — prova pública, para a apreciação e discussão do currículo profissional dos candidatos [nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro];

3.2 — Restantes concursos — entrevista profissional de selecção e avaliação curricular, resultando a classificação final da média aritmética das classificações obtidas em cada método.